

# Considerações temporárias sobre um problema permanente: sociologizando a tradução

Marta Pragana Dantas\* 

Artur Perrusi\*\* 

## Resumo

O que seria a tradução como objeto sociológico? A partir dessa pergunta que norteia o artigo, analisamos como traduzir sociologicamente a tradução, isto é, como sociologizar a prática tradutória. Discutimos, assim, a tradução como prática inscrita em um conjunto de relações sociais (entre agentes, instituições, por exemplo) e ordenamentos simbólicos (tais como tradições literárias, representações sociais da tradução) – e não como fruto puramente de uma operação entre dois textos, duas línguas. Estabelecemos, nesse movimento, um diálogo com algumas perspectivas desenvolvidas sobretudo a partir do final dos anos 1990, com o que se convencionou chamar a “virada sociológica” nos Estudos da Tradução.

Palavras-chave: Sociologia da Tradução, sociologização, virada sociológica, Estudos da Tradução.

---

\* Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

\*\* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

## ***Temporary considerations on a permanent problem: Sociologizing translation***

### *Abstract*

How can translation be explained as a sociological object? Based on this guiding question, we analyze how to sociologically translate translation, that is, how to sociologize translation practice. We discuss translation as a practice inscribed in a set of social relations (among agents, institutions, for instance) and symbolic orderings (such as literary traditions and social representations of translation) and not purely as a result of an operation between two texts or two languages. Thus, we establish a dialogue with perspectives developed mainly since the late 1990s as part of what has been called the “sociological turn” in Translation Studies.

*Keywords:* Sociology of Translation, sociologization, sociological turn, Translation Studies.

## Introdução

O objetivo do artigo não é, propriamente, produzir resenha ou discussão sobre a “sociologia da tradução” (Heilbron; Sapiro, 2002; Sapiro, 2021; Inghilleri, 2021; Grutman, 2009) e sim problematizar sociologicamente a tradução, analisando as possibilidades de sua *sociologização*. Não negamos que seja uma questão complexa, até porque não achamos evidente a captura sociológica da tradução; basta ver o fato de que seu surgimento aconteceu tardiamente, na virada do século XX para o XXI. A tradução, como fenômeno, é quase imemorial, e a sociologia, secular – no entanto, a “virada sociológica” é tardia, convenhamos, e talvez esse seja um tema a ser examinado pela própria sociologia. Mas, se a tradução pôde se tornar objeto sociológico, deve existir nela uma abertura epistêmica para tal, isto é, haveria aspectos que podem ser apreendidos pela sociologia. Quais são tais aspectos e como pode ser sua apreensão sociológica, eis o foco deste artigo.

De todo modo, a compreensão de que a tradução é uma atividade indissociável do contexto social em que é produzida não é tão recente, remontando pelo menos aos anos 1970 com a “virada cultural” (*cultural turn*) nos estudos da tradução. Mais recente é a utilização de ferramentas metodológicas oriundas da sociologia para compreender ou elucidar as lógicas que subjazem à tradução como produção socialmente inscrita. É o que se convencionou chamar a virada sociológica (*sociological turn*) nos estudos da tradução, situada entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. Sob essa designação encontra-se um conjunto de iniciativas que, longe de formarem um todo coeso, expressam a diversidade de abordagens e modelos emprestados à sociologia. Dentro dessa diversidade, observa-se um denominador comum a quase todas elas, qual seja, o reconhecimento da tradução como prática social. Significa dizer que a tradução é entendida, no âmbito dessas abordagens, não apenas como uma operação entre línguas ou textos, mas, numa perspectiva que ultrapassa a dimensão exclusivamente textual, como prática inscrita em uma complexa

rede de relações entre agentes (indivíduos ou grupos) e instituições. Ou, dito de outra forma, entender como o social se inscreve na tradução implica entender a tradução como prática social que, enquanto tal, é ao mesmo tempo permeada por e produtora de valores, crenças e sentidos socialmente construídos. Ainda que não se limitem à pura dimensão de um texto resultante de um processo interlingual, essas vertentes supõem a existência de um produto – o texto traduzido.

Diferentemente dessas abordagens, há aquelas que entendem a tradução em um sentido bem mais abrangente, identificada com processos comunicativos e de representação, em uma perspectiva que se aproxima da tradução cultural. A tradução aqui não diz respeito a uma operação entre duas línguas ou textos, ou a processos a eles relacionados, mas, antes, refere-se à comunicação entre atores e grupos sociais, à formação de redes, sendo entendida como “processo pelo qual formamos as relações sociais” (Pym, 2017, p. 287). Mais conhecida como teoria ator-rede, essa vertente foi notadamente desenvolvida por dois etnógrafos da ciência franceses, Michel Callon e Bruno Latour. Em relação a outro contexto, o alemão Anthony Pym se refere à concepção de tradução de Joachim Renn, afirmando que, para esse sociólogo, a tradução torna-se um modelo que explicaria a possibilidade de comunicação entre diferentes grupos em nossas sociedades pós-modernas, caracterizadas pela fragmentação cultural, e mostraria como as diferenças culturais são mantidas e negociadas (Pym, 2016). O termo tradução é utilizado nesses dois casos como metáfora com o objetivo de se entenderem processos característicos de relações estabelecidas nas complexas sociedades contemporâneas, aproximando-se do que Pym chama de “tradução sem traduções”. Sem negar a relevância dessas vertentes que dialogam de perto com determinada etnografia, e que Pym situa como parte da tradução cultural, nosso interesse ao discutir a tradução como objeto sociológico no âmbito deste artigo está orientado para o fenômeno tradutório ligado à produção de um texto (um livro traduzido, por exemplo), ainda que a ele não se circunscreva.

O interesse que a reflexão sobre a articulação entre a sociologia e os estudos da tradução tem suscitado evidencia-se na abundância de produções acadêmicas publicadas ao longo das duas últimas décadas, entre outros contextos, na França, na Inglaterra, nos Países Baixos, no Canadá e nos Estados Unidos. Entre essas publicações, podemos citar: Casanova (1999, 2002); Gouanvic (1999, 2007); Heilbron (1999, 2000); Heilbron e Sapiro (2002); Buzelin (2005); Inghilleri (2005); Sapiro (2009a, 2009b, 2010, 2012); Chesterman (2006, 2009); Duarte, Rosa e Seruya (2006); Wolf e Fukari (2007); Vorderobermeier (2014); o número 144 da revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, organizado por Heilbron e Sapiro (2002); o volume 11, número 2, da revista *The Translator* (2005). No Brasil, o tema ainda é relativamente pouco explorado, mas vários artigos, capítulos, dissertações e teses têm vindo a público: Dantas (2007a, 2007b, 2009); Dantas e Perrusi (2012, 2014, 2015); Fonseca (2014); Neris e Neris (2016); Araújo e Martins (2018); Pousada (2021). Chama atenção, também, a profusão de traduções de artigos seminais publicados em conceituadas revistas acadêmicas da área de tradução, tais como *Graphos* (Heilbron; Sapiro, 2009); *Belas infieis* (Chesterman, 2014; Díaz-Fouces, 2021; Wolf, 2021); *Cadernos de tradução* (Díaz-Fouces; Monzó, 2020; Wolf, v. 41, n. 1, 2021). Não identificamos livros sobre o tema no Brasil, e os artigos têm sido publicados, em sua quase totalidade, em revistas das áreas de Letras ou de Tradução.

## No princípio eram as dicotomias e depois... também!

Achamos necessário, neste momento, analisar a profusão de dicotomias nas teorias da tradução.<sup>1</sup> Seria um recuo estratégico, situando a discussão mais geral sobre a tradução, para só depois a abordarmos do ponto de vista sociológico. Argumentamos que se, por um lado, as dicotomias “fecharam” analiticamente a entrada de abordagens que fossem além da “lógica textual”,

<sup>1</sup> Vale assinalar que examinaremos quase exclusivamente a “tradução propriamente dita”, isto é, a tradução interlingual, e não os dois outros tipos de tradução: intralingual e a semiótica, conforme classificação de Jakobson (1971).

por outro, na sua ambiguidade como dicotomias, sinalizaram a possibilidade justamente de uma sociologia da tradução. De todo modo, a teoria da tradução parece criadouro de dicotomias, a começar pela dicotomia originária, aquela de Cícero no seu tratado *Sobre o orador*. Como afirma Michaël Mariaule (2007, p. 82), “por mais contestável que tenha sido a exploração feita do tratado de Cícero, o fato é que a imagem produzida está na origem de uma primeira dicotomia que produziu várias outras oposições dualistas, dando lugar a outras imagens sobre a tradução.”<sup>2</sup>

A dicotomia acima referida divide a tradução em duas formas opostas: traduzir palavra por palavra vs. traduzir sentido por sentido. Temos duas buscas, aqui. O primeiro polo da dicotomia busca a tradução literal (utopia que se nutre do absoluto e do divino, implicando um desespero religioso: como traduzir o sagrado?), e o segundo, a tradução livre. Ao sacramentar, num dos polos da dicotomia, a busca do sentido ou a liberdade de interpretação, cria-se uma abertura no seio mesmo da tradução e se forma um direcionamento que Berman (1984), ratificado por Ricœur (2004), chamou de “estrangeiro”. A busca do sentido colocaria de imediato o problema da transferência de sentido entre dois textos de origens diferentes, possibilitando pensar a relação intertextual como lógica fundante da tradução. Envolveria, assim, mecanismo de transferência de um signo a outro, de um sentido a outro, de uma língua a outra... (Zethsen, 2021). Mas a tradução escaparia do texto de origem e, com a busca de sentido, da sua própria lógica textual. Ou seja, o sentido não se esgotaria no texto, eis nossa argumentação, permitindo sociologizar uma propriedade hermenêutica. A transferência de sentido, englobando sua própria inserção na lógica intertextual, desembocaria no contexto histórico (situações sociais historicamente determinadas), nos valores, nas representações sociais e nas... práticas sociais da tradução. Traduzir “sentido por sentido” incorpora o que podemos chamar de mundo

<sup>2</sup> São nossas todas as traduções de citações de textos originais em língua estrangeira. “*Aussi contestable qu’ait pu être l’exploitation qui a été faite du traité de Cicéron, il n’en reste pas moins que l’image qu’il contient est à l’origine d’une première dichotomie qui devait se décliner elle-même en de nombreuses autres oppositions dualistes tout en donnant lieu à d’autres images sur la traduction.*”

dos sentidos e significados – no caso, seria evidente a utilidade da noção de “cultura”. Essa forma de pensar a sociologização da tradução evitaria a produção de uma dicotomia – esta agora sociológica – entre textual e extratextual, entre interno (tradução propriamente dita) e externo (contexto da tradução), porque a análise sociológica partiria do textual, da relação intertextual, sem que isso represente um impedimento ou contradição.

Uma das curiosidades das dicotomias na tradução seria sua capacidade reprodutiva – certa dicotomia gera outra e assim por diante, podendo reproduzir-se numa outra forma. A dicotomia, além de gerar outras, pode regular um horizonte analítico e derivar noções, inclusive de tradições antigas, como a de Cícero, no caso das noções de fidelidade, fluência e intraduzibilidade (Araújo; Martins, 2018). Não acreditamos que tais derivações possam superar a dicotomia. Pelo contrário, elas a prolongam. Temos a impressão, por exemplo, de que a noção de fidelidade traz embutido o desejo da tradução exata ou literal (palavra por palavra), isto é, não supera de fato a oposição literal vs. livre, pois, como ser fiel ao sentido? Sendo-lhe exato? Não causa surpresa que a noção de fidelidade tenha sido criticada e substituída pela noção de equivalência (Hermans, 1996), tentando-se com isso, mais uma vez, a superação da dicotomia ciceroniana. Só que, talvez por causa da astúcia da razão dicotômica, a noção de equivalência sofreu críticas, mostrando suas limitações em superar o impasse analítico da dicotomia. E, novamente, aconteceu outra substituição ou esvaziamento conceitual, desta vez em prol da noção de norma (Hermans, 1996). Em suma, existiria uma espécie de tropismo por pares opostos nos estudos sobre tradução.

Seria problema da própria reflexão, como defende Gouanvic (2006), ou algo intrínseco à realidade da tradução? Não responderemos a essa pergunta, pois fugiremos do vórtice ontológico e apenas deslocaremos o problema para o campo analítico. A criação de dicotomias pode, porventura, ser um bom utensílio analítico, contanto que estejamos conscientes de sua origem mental e de seu intuito de compreender melhor a realidade. Seria o tipo de análise que divide e classifica, mesmo na forma de oposições binárias,

e separa diversos aspectos do objeto (no caso, a tradução) para justamente apreendê-lo de forma mais profunda. Tal poder analítico, digamos assim, torna-se empecilho quando a dicotomia é fixada imaginariamente na realidade. Ela se converte, dessa maneira, em atributo da realidade, não sendo mais analítica e sim ontológica. E o perigo de sua ontologização, se a realidade da tradução for de fato dicotômica, seria circunscrever sua explicação ao horizonte teórico da dicotomia. Seria uma espécie de redução, limitando a tradução a um processo bem restrito. A dicotomia, mesmo posta num circuito analítico, esgota-se e diminui o alcance da interpretação do objeto. Produz certa dialética, mas em repouso – aquela rodinha do *hamster*, em que se roda, roda e não se sai do canto.

Outro problema da dicotomização, na teoria da tradução, seria a exclusão de outras formas de tradução que escapam de sua órbita analítica. A dicotomia defendida gera uma polarização que afasta da análise até mesmo outras dicotomias, pois é preciso escolher uma forma de tradução vista como “a mais correta”. Fica difícil pensar na tradução como, na verdade, várias formas de traduzir (diversas estratégias e tipos de tradução).

Convém lembrar que a produção de dicotomias não é incomum na filosofia, muito menos nas ciências humanas. Na sociologia, a produção ininterrupta de dualidades, dualismos, polarizações e dicotomias assombra como pesadelo a mente das sociólogas e dos sociólogos. Talvez porque os objetos – aqui, a tradução – das ciências humanas sejam intrinsecamente “ambíguos”, sofrendo os efeitos de toda sorte de contextualização histórica; em suma, são sempre resistentes a qualquer fixação nocional. Houve e há tentativas para superar essa situação, ao tornar a tradução objeto científico de uma “ciência da tradução” (Guidère, 2008), por exemplo, com a pretensão de escapar de sua relativização histórica, muitas vezes sendo analisada como um “objeto natural” – a tradução capturada por certo positivismo da neurolinguística (Guidère, 2008).

Numa abordagem diferente da nossa, Mariaule (2007) ratifica a profusão de dicotomias, embora as relacione com a produção de imagens e metáforas

sobre a tradução. No caso, as dicotomias não serviriam à montagem de uma tipologia da tradução.

Vimos a preponderância das imagens na tradutologia; todas as dicotomias são construídas igualmente a partir de metáforas de tal forma que estas também não podem servir de base ao estabelecimento de uma tipologia. Em contrapartida, quando se examinam mais detidamente tais imagens, distinguem-se dois tipos de orientação: uma orientação “à esquerda” que evidencia mais a relação com a língua e o autor do texto original; e uma orientação “à direita” que leva mais em conta a relação com a cultura e integra, de fato, a problemática da recepção (Mariaule, 2007, p. 91).<sup>3</sup>

Independentemente de nossa concordância ou discordância quanto à relação das dicotomias com imagens e metáforas, vale assinalar que a orientação “à direita” inscreve a cultura na própria “orientação” da tradução, ao integrar a “problemática da recepção”. Inferimos que o papel da recepção tem afinidade com nossa discussão acima sobre “transferência de sentido”, possibilitando a entrada das ciências humanas na área de estudos sobre a tradução. Mais adiante, Mariaule (2007, p. 92) mostrará a importância de uma série de oposições binárias que, na nossa interpretação, permitem a abertura às ciências humanas (em particular, à sociologia): palavra/espírito, forma/sentido, corpo/alma, aberto/fechado etc.<sup>4</sup> Pensando do ponto de vista de uma sociologia fenomenológica, tais dicotomias, no fundo, remetem-nos ao problema do Estrangeiro (Schütz, 2010; Ricœur, 2004); mas, mesmo que tais oposições se refiram a representações e valores, pode-se pensá-las como estruturadas em práticas sociais, isto é, a tradução como ato, processo

<sup>3</sup> “Nous avons vu la prépondérance des images en traductologie ; toutes les dichotomies sont construites également à partir de métaphores si bien que celles-ci non plus ne peuvent servir de base à l'établissement d'une typologie. En revanche, quand on regarde de plus près ces images, on distingue deux types d'orientation : une orientation « à gauche » qui met davantage en évidence le rapport à la langue et à l'auteur du texte original ; et une orientation « à droite » qui prend plus en compte le rapport à la culture et intègre, de fait, la problématique de la réception.”

<sup>4</sup> Pym (2012) assinala outras oposições binárias, as quais escapam inclusive das oposições comandadas pela noção de fidelidade: tradução ilusória/anti-ilusória, documental/instrumental, hipertextual (etnocêntrica)/literal, fluida/resistente...

e atividade. Em síntese, as dicotomias possibilitam a inscrição da tradução no campo analítico da sociologia – se praxiológico ou não, pouco importa.

Avançando na nossa reflexão/discussão, pode-se defender que as dicotomias, a começar pela de Cícero, não facilitaram a percepção de que a tradução vai além da “lógica textual”. Claro, não podemos cometer, no caso, anacronismo histórico. Pode-se até alegar que o polo “tradução livre” abre a possibilidade de se perceberem fatores culturais e sociais na tradução – mas, novamente, isso seria uma visão anacrônica e projetiva da história da tradução. Mesmo assim, as dicotomias originais (Cícero, por exemplo) mostram que a tradução não se esgota na “lógica textual”. Isso significa dizer que, no próprio movimento das dicotomias, mesmo as antigas, a possibilidade de se pensar a tradução do ponto de vista sociológico, numa visão claramente retrospectiva, é relevante do ponto de vista científico. Inclusive, o estudo socio-histórico das dicotomias da tradução talvez contextualize o surgimento e a duração de tais dicotomias.

Em todo caso, foi preciso esperar o século XX, principalmente a consolidação científica da linguística, a qual permitiu o surgimento de novas dicotomias nos estudos da tradução – logo, de outros aportes analíticos – e que sua problematização crítica possibilitasse a virada cultural dos anos 1970. A abertura analítica da virada cultural, ao problematizar valores, sentidos e significados, que constituem a concepção linguisticamente fundamentada da tradução, possibilitou, por sua vez, a “virada social ou sociológica”; afinal, ao tematizar os fatores culturais ou as “transferências interculturais” na constituição da tradução, a virada cultural viabilizou uma virada sociológica. O caso da teoria dos polissistemas, que fez parte da virada cultural, é elucidativo: de certa maneira, como teoria, já teria afinidades epistemológicas com algumas sociologias, como a bourdieusiana, por exemplo (Grutman, 2009; Heilbron; Sapiro, 2002, 2009; Inghilleri, 2021; Sapiro, 2021).

## A virada cultural e a teoria dos polissistemas

Assim, sem pretender fazer um apanhado histórico sobre a emergência da perspectiva sociológica nos estudos da tradução, importa repetir que ela é pressentida em trabalhos da virada cultural, notadamente – mas não apenas – naqueles desenvolvidos no âmbito da teoria dos polissistemas, bem como na esfera do que se convencionou chamar Escola da Manipulação.

Dentro da perspectiva da teoria dos polissistemas, que coincide com os emergentes Estudos Descritivos da Tradução, conceitos como os de sistema, norma, evolução, estrato, canonicidade, elaborados para dar conta do conjunto complexo e dinâmico (sistemas) que constitui dada cultura, mostram uma abertura para a perspectiva sociológica, ainda que não a reivindiquem. Desenvolvida ao longo dos anos 1970 e 1980, inicialmente por Itamar Even-Zohar em seus trabalhos sobre a literatura hebraica e, logo em seguida, por Gideon Toury, ambos da Universidade de Tel Aviv, a teoria dos polissistemas opera com conceitos desenvolvidos pelo formalista russo Iúri Tyniánov para pensar a literatura para além de uma perspectiva sincrônica e compreender a evolução literária. Os conceitos de sistema, normas e evolução literária marcam uma mudança de visão de Tyniánov, que incorpora fatores históricos e contextuais para explicar o funcionamento da literatura, e representam uma ruptura no Formalismo Russo.

A partir do conceito de sistema, Even-Zohar desenvolve o de polissistema para compreender os fenômenos semióticos, entre os quais inclui a cultura, a língua, a literatura, a sociedade, adotando uma abordagem funcional com foco na análise das *relações* em detrimento de uma abordagem positivista voltada para a *substância* material dos dados (Even-Zohar, 1990/1979, p. 9). O polissistema é definido por Even-Zohar (1990, p. 11) como “um sistema múltiplo, um sistema de vários sistemas que se inter-relacionam entre si e se sobrepõem parcialmente, usando opções simultaneamente diferentes, mas funcionando como um todo estruturado, cujos membros

são interdependentes”.<sup>5</sup> O polissistema literário seria, assim, constituído de vários sistemas e subsistemas, entre os quais o da literatura traduzida, que Even-Zohar define como sendo o mais ativo dentro do polissistema. As relações que se estabelecem entre os sistemas são dinâmicas, o que explica sua evolução; ao mesmo tempo, elas são hierárquicas, havendo sistemas que ocupam uma posição mais central do polissistema e outros, a periferia. O polissistema não sendo estático, convém lembrar que essas posições mudam em função de lutas travadas entre sistemas conflitantes, de forma que dado sistema (por exemplo, a literatura traduzida, determinada forma poética ou gênero) outrora periférico pode vir a ocupar uma posição central conforme as circunstâncias. No caso da tradução, sua posição (central ou periférica) está relacionada ao impacto ou função que ela produz em determinado polissistema literário, ou seja, à sua importância. Assim, a literatura traduzida pode desempenhar uma função inovadora, introduzindo mudanças (importância primária), ou conservadora, reproduzindo modelos existentes que, por vezes, se automatizaram (importância secundária). Essa função inovadora pode ser observada, por exemplo, nas traduções de folhetins franceses no Brasil de meados do século XIX, que produziram um impacto sobre a prosa de ficção ao introduzirem um novo modelo e novas técnicas narrativas em uma literatura em vias de consolidação após a independência política face a Portugal (Aguiar, 1999; Batalha, 2006). Uma importante contribuição da teoria dos polissistemas é justamente esta: mostrar a importância da tradução na história das literaturas e, de forma mais abrangente, das culturas nacionais.

Ainda a respeito das mudanças, segundo Even-Zohar (1990, p. 89), quando a dominação exercida pelo centro tende a se perpetuar, a possibilidade de mudança é mínima; na situação inversa, quando a permanência do centro significa perda de força, de dominação, a mudança passa a ser o princípio de funcionamento do sistema. E ele acrescenta que

<sup>5</sup> “[...] a multiple system, a system of various systems which intersect with each other and partly overlap, using concurrently different options, yet functioning as one structured whole, whose members are interdependent.”

as mudanças no polissistema dependem das normas gerais da cultura, que podem tornar as transformações desejáveis ou indesejáveis.

Toury levou mais longe o potencial heurístico da noção de normas, lapidando o conceito em publicações nos anos 1980 e 1990. As normas podem atuar no nível textual do trabalho propriamente dito do tradutor e suas decisões, constituindo o que Toury (2012/1995) chama normas operacionais. Podem também atuar no nível das decisões gerais do tradutor quanto à orientação cultural da tradução – se esta reflete as normas da cultura de origem (tradução adequada) ou as da cultura de destino (tradução aceitável) –, configurando o que ele chama de normas iniciais. Por fim, no nível mais amplo envolvendo decisões que são tomadas, por exemplo, pelo editor (mas não apenas), tais como a escolha dos textos, autores, gêneros, encontram-se as normas preliminares.

As normas nem sempre são as mesmas para sistemas diferentes e variam de acordo com a época. Assim, conforme exemplifica Pym (2017), na França do século XIX, a norma para tradução de poesia estrangeira previa vertê-la em prosa:

Não havia uma regra oficial afirmando que isso deveria ser feito, mas havia um acordo coletivo informal. Quando os tradutores abordavam o texto estrangeiro, aceitavam com naturalidade que sua tarefa não era imitar a aparência ou a sonoridade do texto. Quando as editoras contratavam os tradutores, era isso que esperavam que fizessem. E quando os leitores entravam em contato com uma tradução literária, aceitavam, por sua vez, que a poesia estrangeira simplesmente estaria em prosa (Pym, 2017, p. 147).

Passado o tempo, essa norma perdeu força e atualmente não ocupa mais a posição central no polissistema da literatura francesa; além disso, na época, certamente tal norma não possuía a mesma força em outras culturas. Conforme define Toury (2012, p. 63), normas são “valores ou ideias gerais partilhadas por uma comunidade [...] traduzidos em ‘instruções’ de desempenho apropriadas e aplicáveis a situações concretas”.<sup>6</sup> Cabe

<sup>6</sup> “Norms have long been regarded as the translation of general values or ideas shared by a community – as to what would count as right or wrong, adequate or inadequate – into performance ‘instructions’ appropriate for and applicable to concrete situations.”

indagar, a respeito do exemplo dado, quais “valores ou ideias” socialmente partilhados a norma da tradução do verso em prosa expressa. Para Pym, essa norma corresponde à “ideia geral” entre os franceses de que sua cultura era superior às demais, não havendo, portanto, razão para aceitarem a influência de modelos (poéticos) estrangeiros que viessem desestabilizar o sistema dos gêneros neoclássicos então ainda vigentes. As normas expressam, assim, valores de uma coletividade e produzem efeitos sobre as diferentes etapas ou cadeias da tradução (o “evento tradutório”, segundo Toury). Toury chega a afirmar que o “evento tradutório” (que vai além do ato individual de traduzir) é inerentemente governado por normas (*norm-governed*), levantando o questionamento sobre até que ponto essa visão negaria a liberdade de escolha no plano do indivíduo (o tradutor) e sua atividade cognitiva. Ao que ele responde categoricamente: “De forma alguma!”, e acrescenta:

Como diz a sabedoria judaica, “Tudo está previsto, mas a liberdade de escolha é garantida” (Pirke Avot [A Ética dos Padres], 3: 15). Certamente, mesmo dentro do paradigma sociocultural, a decisão concreta cabe ao indivíduo. Apesar de todas as limitações causadas pela responsabilidade para com a sociedade (as sanções, lembra?), aos tradutores ainda é dada grande liberdade e considerável autonomia. É justamente aqui que as normas se cruzam com as liberdades do tradutor e dão origem às decisões que são realmente tomadas (Toury, 2012, p. 68.).<sup>7</sup>

O argumento de Toury parece, se não contraditório, ao menos carente de uma relativização. Ele afirma que o tradutor tem liberdade de escolha e, ao mesmo tempo, que a tradução é governada por normas. O tradutor é livre para escolher, mas as possibilidades de escolha são limitadas, determinadas pelas normas. Sua liberdade é, portanto, relativa. Ele pode escolher não seguir

<sup>7</sup> “By no means! As Jewish wisdom has it, ‘All is foreseen but freedom of choice is granted’ (Pirke Avot [The Ethics of the Fathers], 3: 15). Surely, even within the socio-cultural paradigm, the actual decision is up to the individual. In spite of all the restrictions caused by responsibility to society (sanctions, remember?), translators are still given great latitude and considerable autonomy. It is precisely here that the norms intersect with the translator’s liberties and give rise to the decisions that are actually made.”

a norma, mas corre o risco de, ao final, o resultado não ser reconhecido pela comunidade como uma boa tradução, uma tradução genuína.

Conceitos como o de norma, estrato e canonicidade, entre outros, mostram a contribuição da teoria dos polissistemas para se pensar, no âmbito dos estudos da tradução, a dimensão social do fenômeno tradutório. O próprio Even-Zohar percebeu essa ponte com a sociologia quando, referindo-se à inspiração que sua teoria encontrou no formalismo russo de Tyniánov, aponta a convergência entre sua elaboração teórica e “o fascinante trabalho de Pierre Bourdieu e vários de seus colaboradores”, acrescentando que eles “chegaram a muitas conclusões semelhantes, em algumas áreas superiores, a meu ver, tanto ao formalismo russo como a desenvolvimentos posteriores (incluindo o meu próprio)” (Even-Zohar, 1990, p. 3).<sup>8</sup>

## Da virada cultural à virada sociológica

Ainda no âmbito da virada cultural e do que ficou conhecido como a Escola da Manipulação, a abertura para questões que serão posteriormente retomadas pelas abordagens sociológicas pode ser verificada, por exemplo, no interesse pelo estudo das relações de poder na tradução, do dispositivo da patronagem e do papel das instituições. Utilizando o conceito de sistema com certo grau de flexibilidade – inclusive procurando afastar-se de uma concepção determinista –, Lefevere se debruça sobre os mecanismos de manipulação e de poder que atuam no sistema para exercer controle sobre a literatura e as diversas formas de reescrita, entre as quais a tradução.

Em 1982, ele publica artigo intitulado “Mother courage’s cucumbers. Text, system and refraction in a Theory of Literature”, no qual se propõe a mostrar o importante papel que as traduções desempenham na evolução das literaturas. Lefevere entende a tradução no âmbito de uma operação mais ampla que envolve vários tipos de reescrita dos textos literários, indo

---

<sup>8</sup> “But a far more convincing and striking case is the fascinating work of Pierre Bourdieu and several of his collaborators, who, without any real connection to Dynamic Structuralism (Functionalism) or Formalism, have arrived at many similar conclusions, in some areas superior, to my mind, to both the Russian Formalism and later developments (including my own).”

da tradução propriamente dita à crítica, passando pelo comentário, a historiografia, o ensino, a reunião de textos em uma antologia, a produção de peças etc. A esse conjunto de operações que difundem ou propagam a obra literária ele chama de refração, termo que, mais tarde, ele substituirá por reescrita. Refração é definida como “a adaptação de uma obra literária a um público diferente com a intenção de influenciar a maneira como esse público lê essa obra” (Lefevere, 1982, p. 4).<sup>9</sup>

Conforme descreve em artigo publicado em 1985, há dois elementos que exercem controle sobre a literatura e as diversas formas de reescrita, sendo um interno e outro externo ao sistema literário. No primeiro caso, o poder é exercido por intérpretes, críticos, reescritores, professores de literatura, tradutores que agem conforme o conceito dominante do que deva ser aceito como literatura (a poética) e do que a sociedade deve ser (a ideologia, a visão de mundo) em determinado momento. O segundo elemento de controle consiste no dispositivo da patronagem (*patronage*), entendido como o poder exercido por pessoas ou instituições – classes sociais, cortes principescas, editores, a mídia etc. – que auxiliam ou dificultam a escrita, a leitura e a reescrita da literatura. Ele identifica na patronagem três componentes: o ideológico, o econômico e o de *status*, acrescentando que ela opera geralmente por meio de instituições que regulam a escrita e a distribuição da literatura, tais como academias, departamentos de censura, periódicos críticos, estabelecimentos de ensino (Lefevere, 1985, p. 228).

Esses elementos, tanto internos quanto externos, constituem fatores sociais que interferem na tradução (principal tipo de reescrita), atuando de forma subjacente nas decisões de editores, nas escolhas do tradutor, na consolidação ou enfraquecimento de normas, nos apoios institucionais à tradução etc. A abertura para aspectos sociais da tradução, dada pela perspectiva de Lefevere e teóricos como Susan Bassnett e Theo Hermans, representa um passo adiante na direção das tentativas subseqüentes de sociologizar a tradução.

<sup>9</sup> “[...] *the adaptation of a work of literature to a different audience, with the intention of influencing the way in which that audience reads the work.*”

Com a virada sociológica, as implicações sociais da tradução (ou os efeitos da tradução nos campos social, cultural e político) e, no sentido inverso, as implicações do social na tradução (ou a maneira como as interações, relações e estruturas sociais interferem nos diferentes níveis do processo tradutório) tornam-se temas centrais. O diálogo com a sociologia e a antropologia se intensifica, e o papel das normas e relações de poder na tradução é pensado com apoio nas bases metodológicas dessas disciplinas. Reconhecendo que as normas são entidades psicológicas e sociais, o interesse de Hermans (1996, p. 27) recai sobre a segunda dimensão: “[v]ou me referir a normas principalmente como realidades sociais e culturais, sobretudo na forma como sociólogos ou antropólogos podem utilizar o termo”, esclarece.<sup>10</sup> A compreensão do social na tradução passa pelas normas, que, na sociologia, são inerentes a todo processo de interação social – a tradução sendo definida como um deles. Para Hermans, como atores socialmente situados, todos os envolvidos na cadeia que compõe a tradução atuam – fazendo escolhas, tomando decisões, traçando estratégias, buscando objetivos – sob a interferência de normas. O conceito expande-se, referindo-se não apenas ao trabalho propriamente dito do tradutor, mas bem além, para a etapa que precede a tradução (as diferentes fases de seleção – do agente, do editor etc.), bem como a etapa de difusão e circulação junto ao público.

Um dos aportes teóricos mais solicitados por aqueles que aceitaram o desafio de sociologizar a tradução tem sido a sociologia da cultura de Pierre Bourdieu, com os conceitos de *campo*, *habitus* e *capital*. Essa preferência talvez se deva à difusão do pensamento do sociólogo, ainda em vida,<sup>11</sup> para além do contexto acadêmico da França, o que, aliado ao seu engajamento em pautas políticas e sociais de repercussão midiática, fez dele um dos intelectuais mais reconhecidos mundialmente. Além disso, acreditamos que também contribuiu para essa aceitação a convergência entre alguns

<sup>10</sup> “I will refer to norms primarily as social and cultural realities, rather in the way that sociologists or anthropologists might use the term.”

<sup>11</sup> É conhecida a preocupação que Bourdieu tinha em ter seus textos traduzidos para a língua inglesa, fazendo-os circular no contexto acadêmico anglo-americano.”

pontos de sua teoria dos campos e a teoria dos polissistemas (amplamente aceita entre os especialistas da tradução), conforme já mencionamos. A atenção dada aos agentes, cujas posições e ações são ao mesmo tempo determinadas pelos conflitos, forças e disposições pessoais atuando no campo, contribuiu para afinar o olhar sociológico nos estudos da tradução.

Jean-Marc Gouanvic é um dos primeiros a defender e sistematizar os pilares de uma sociologia da tradução. Como bourdieusiano, coloca-se contra a tradição do pensamento dualista, defendendo uma perspectiva relacional que entende a indissociabilidade das instâncias interna e externa, uma não podendo ser pensada sem a outra. Para superar essa separação, opera, na esteira de Bourdieu, com as noções de campo, capital simbólico, *habitus* e *illusio*, que podemos entender como mediações permitindo sociologizar a tradução para além das dicotomias históricas que perpassam os estudos da tradução, mas também o pensamento sociológico. A questão das relações entre a tradução e a dimensão social deixa de ser pensada em termos de normas para ser objeto de uma miríade de conceitos interrelacionados. Como desdobramento do conceito de *habitus* aplicado ao tradutor, Gouanvic (1999, p. 17) sustenta que “[o] tradutor é o agente privilegiado pelo qual passa a lógica objetiva do sistema de práticas, de disposições e de estruturas permanentes e gerais que operam em toda tradução. Ele está longe, no entanto, de ser o único na empreitada de tradução.”<sup>12</sup> Isso porque, a tradução sendo uma produção cultural, sua eficácia social depende de sua inscrição no mercado e consequente legitimação pelo público e demais instâncias de consagração (crítica, prêmios etc.). Gouanvic observa que os agentes que intervêm na cadeia da tradução são os mesmos que atuam nas demais produções culturais, com o acréscimo dos agentes específicos que asseguram o processo de transferência para além das fronteiras nacionais.

O conceito de *habitus*, matriz de percepções, apreciações e ações, indissociável dos de campo literário e de capital simbólico, terá uma

<sup>12</sup> “Le traducteur est l’agent privilégié par lequel passe la logique objective du système de pratiques, de dispositions et de structures permanentes et générales qui sont à l’œuvre dans toute traduction. Il est cependant loin d’être le seul dans l’entreprise de traduction.”

utilização bastante prolífica em diversos estudos voltados para o que Chesterman (2006) chama uma “sociologia dos tradutores”.<sup>13</sup> Mas este aparato conceitual será utilizado para problematizar o espaço social da prática tradutória, como o próprio Gouanvic (1999) propõe em seus trabalhos sobre a ficção científica americana no espaço cultural francês nos anos 1950 e sobre o romance realista americano no campo literário francês entre as décadas de 1920 e 1960 (2007).

Ainda na esteira do pensamento de Bourdieu, encontram bastante destaque os trabalhos de Pascale Casanova, Johan Heilbron e Gisèle Sapiro, que situam a reflexão num quadro mais amplo de um espaço (ou campo) literário internacional para, a partir daí, problematizarem as lógicas (relacionais) que regem a circulação mundial da literatura em tradução. A tradução é entendida como o principal vetor por meio do qual a literatura circula para além das fronteiras nacionais. O funcionamento do espaço em que ela circula, caracterizado por hierarquias e assimetrias, é regido por lógicas econômicas, políticas e culturais. Dessa forma, para se compreender o ato de traduzir, defendem Heilbron e Sapiro (2002), é necessário analisar o funcionamento do espaço internacional, os agentes que atuam na transferência (tradutores, editores, agentes literários, institutos culturais, embaixadas, críticos, entre outros), bem como a lógica (mais mercadológica ou mais política) predominante no espaço de recepção da tradução. A análise assim empreendida permitirá, entre outros aspectos, evidenciar a posição da tradução no campo de recepção e sua função. As funções da tradução podem ser inúmeras; para além do papel de mediação, elas podem desempenhar funções políticas, econômicas, bem como constituir um modo de legitimação – de autores, tradutores, editores (Heilbron; Sapiro, 2002, p. 5). A esse respeito, Casanova chama a atenção especialmente para duas funções: a tradução como meio de acumulação de capital literário – caso das literaturas nacionais (dominadas ou em vias de

---

<sup>13</sup> Chesterman (2006, p. 12) distingue três subáreas na sociologia da tradução: a sociologia da tradução como produto (*sociology of translations as products*), a sociologia do tradutor (*sociology of translators*) e a sociologia do traduzir, ou seja, da tradução como processo (*sociology of translating, i.e. the translation process*).

constituição), e a tradução como consagração por meio da importação, por um espaço literariamente dominante e, portanto, com poder consagrador, de um texto proveniente de um espaço dominado – essa operação-função pode beneficiar, além do autor, outros agentes envolvidos – o tradutor, o editor etc. (Casanova, 2002, p. 9).

Dois importantes contribuições para compreender as assimetrias subjacentes às trocas literárias por meio da tradução vieram de Casanova, com a obra *A república mundial das Letras*, originalmente publicada em 1999, e de Johan Heilbron, com o artigo seminal “Towards a Sociology of Translation: book translation as a cultural world system”, publicado no mesmo ano. Em sua obra, de longo fôlego, a crítica literária francesa, Pascale Casanova, discute fundamentalmente os mecanismos de consagração e universalização que atuam em favor de algumas literaturas nacionais em detrimento de outras, sustentando o poder consagrador dos centros literários, notadamente Paris (verdadeira “fábrica do universal”). Ela dirige a atenção para a operação de tradução-consagração, discutindo em vários estudos de caso as estratégias empregadas por autores oriundos de literaturas dominadas para obterem o reconhecimento internacional.

Considerando a tradução de livros como um *sistema internacional*, e observando que as traduções são função das relações sociais entre grupos linguísticos, Heilbron se debruça sobre o fluxo da circulação mundial dos livros traduzidos. Esse ponto de vista lhe permite perceber que as funções da tradução mudam a depender da posição da língua ou grupo linguístico no sistema. Adaptando para a tradução o modelo hierárquico de Abram de Swaan elaborado para as línguas, Heilbron estabelece uma classificação das línguas mais traduzidas do mundo, mostrando que, quanto mais central for a língua (o que significa ser muito traduzida), menor é o número de traduções feitas para essa língua – caso emblemático do inglês. Inversamente, quanto mais periférica for a língua (o que significa ser pouco traduzida), mais traduções são feitas para essa língua. Essa estrutura não é estática, de forma que a posição de uma língua pode mudar, tornando-se mais central ou, inversamente, mais periférica ao longo do tempo. A partir dessas observações,

Heilbron faz algumas constatações: i) as traduções fluem mais do centro para a periferia do que no sentido inverso; ii) a comunicação entre grupos linguísticos periféricos passa através do centro; iii) quanto mais central é a língua no sistema de traduções, mais ela possui a capacidade de funcionar como língua intermediária ou veicular; iv) grupos de línguas periféricas e semiperiféricas tendem a seguir o exemplo dos centros internacionais, ou seja, uma obra traduzida para uma língua central possui mais chances de ser traduzida nas línguas menos centrais.

Os trabalhos de Heilbron, Sapiro e Casanova laçaram luz sobre uma série de operações sociais implicadas na tradução, as quais, até então, não tinham sido objeto de uma análise mais consequente e sistemática. A perspectiva sociológica deles não adentra o texto propriamente dito, diferentemente da proposta de Gouanvic. Mas Gouanvic o faz com a ajuda da “poética da tradução” de Henri Meshonnic e o conceito de “significância”. No caso dos três estudiosos acima, a questão do interno e do externo não chega a ser problematizada; tudo se passa como se sociologizar a tradução significasse tomar como objeto as práticas sociais em que ela é produzida, circula e é recebida. Significa essa atitude que, para eles, o texto traduzido seria resistente a tentativas de sociologização?

## A virada sociológica eliminou as dicotomias na prática?

Vimos acima que a virada sociológica tem, por diversos motivos, uma predominância de inspiração bourdieusiana. Mas seria caso para estudo mais detido, se nossa hipótese do desdobramento das viradas estiver correta, saber quais foram as razões teóricas de a virada cultural ter possibilitado determinadas sociologias e não outras. As abordagens hermenêuticas e fenomenológicas da tradução, por exemplo, que seguem, por caminhos diferentes, uma tradição inaugurada por Schleiermacher, casos de Steiner (1998), Ricœur (2004) e Eco (2006), abrem também, a nosso ver, a viabilidade de uma abordagem sociológica. Isso porque, em tese, uma sociologia fenomenológica da tradução, por exemplo, teria tido condições

de surgir no “campo sociológico”, só que, provavelmente, foi contida pela concorrência epistêmica de outras sociologias mais estruturais e sistêmicas (pensamos aqui em Bourdieu e Luhmann). Talvez seja o estruturalismo que produza a afinidade eletiva entre as “viradas”, começando pela linguística, inserida profundamente na análise estrutural, passando pela teoria dos polissistemas, numa abordagem holística e sistêmica (Even-Zohar, 2007), como vimos, afim com o estruturalismo, e terminando com a teoria dos campos de Bourdieu, que seria já uma espécie de estruturalismo genético (Ansart, 1990).

Talvez a emergência da virada cultural e, depois, da virada sociológica tenha como uma de suas causas a crescente necessidade de traduções num mundo globalizado. A tradução inscreveu-se numa configuração mais ampla e mais complexa, e novas atividades tradutórias surgiram, ampliando sua cadeia produtiva e sendo base fundamental para a circulação internacional das ideias. Igualmente, a virada sociológica na tradução acompanhou a exigência de se alargar a análise, principalmente “para os *múltiplos aspectos extratextuais* que não só orbitam ao redor da tradução, mas também concorrem, de forma direta ou indireta, para que a atividade tradutória se realize” (Araújo; Martins, 2018, p. 2 – *itálico nosso*).

Neste ponto, voltamos à discussão sobre as dicotomias e colocamos a seguinte questão: a ampliação sociológica do escopo analítico superaria as dicotomias produzidas pelos estudos sobre a tradução? De certa forma, sim. Ao menos, não as repetiria como tais. Contudo, essa resposta não daria conta de outra questão, complementar à anterior: a análise sociológica da tradução não criaria suas próprias dicotomias? Na citação acima, já vemos uma dicotomia, justamente aquela criada a partir da noção de “*múltiplos aspectos extratextuais*”. Teríamos aqui uma dicotomia: textual vs. extratextual. Significa dizer que a sociologia daria conta, numa divisão de trabalho com outras disciplinas, do extratextual, mas não do textual? Ora, seria comum a produção de dicotomias na análise sociológica, mais ainda quando se estudam produções simbólicas, em que seria difícil a superação do pensamento dualista, ao cindir o olhar sobre o objeto, identificando uma

dimensão interna e outra externa.<sup>14</sup> A dimensão interna estaria relacionada à especificidade do objeto, aos seus mecanismos próprios de funcionamento. A dimensão externa diria respeito aos fatores ou circunstâncias que permitem ou favorecem a existência (produção), circulação e reconhecimento do objeto. Dentro dessa perspectiva dual, a sociologia se ocuparia da dimensão externa. Assim, no caso da tradução não seria diferente. Ao tratar do assunto, vários trabalhos endossam essa cisão e circunscrevem a perspectiva sociológica ao entorno do fenômeno tradutório – ou, como alguns preferem, ao contexto. A teoria dos campos de Bourdieu, por exemplo, serviria para entender como acontece a inscrição do social na tradução. A vacina para combater as dicotomias e os dualismos seria uma teoria sociológica que perceba o ato da tradução como prática social. Ao pensar a tradução como prática social, o objetivo é subsumir seus vários aspectos, principalmente aqueles relacionados à produção simbólica, incluindo as relações textuais e intertextuais, ao ato ou à atividade da tradução.

Isso resolve? Provavelmente não veremos as dicotomias clássicas dos estudos sobre a tradução se refestelando numa teoria praxiológica (da tradução). Contudo, precisamos ponderar o alcance e os limites de se pensar a tradução como prática social. Uma vantagem dessa estratégia sociológica é a insistência em relacionar interações à prática da tradução, vista como uma espécie de vórtice que está inserido numa configuração de atores, processos de produção, objetos e relações. E vemos a ênfase da sociologia bourdieusiana da tradução em todo o processo que envolve sua produção, incluindo os agentes implicados, a circulação das ideias e sua distribuição geopolítica. São questões que estruturam as condições sociais e históricas que possibilitam a tradução e que incidem no núcleo mesmo do ato tradutório. Há razão para se pensar assim, pois a tradução, na maioria dos casos, desemboca na produção de um objeto material, como o livro traduzido, por exemplo. Mas a tradução não seria o tipo convencional

---

<sup>14</sup> Não só a produção simbólica é passível de criar dualismos na análise sociológica. Talvez estejamos diante de fenômeno mais geral. Alguns objetos da sociologia da saúde são, no caso, apropriados de forma dualista. Por exemplo, a doença teria uma dimensão interna, propriamente somática e biológica, e outra externa, ligada a seu contexto e significados sociais, passíveis de serem apreendidos pela sociologia.

de prática que foca, sobretudo, objetos materiais, não correspondendo, propriamente, a um modelo de atividade que podemos chamar de ação material – o modelo, proveniente da tradição marxista, seria o trabalho (Vásquez, 1977). A tradução iria além da produção material, pois seria também atividade criadora e, portanto, produtora e construtora de símbolos, de significados e de interação social. Sendo assim, seria uma prática que não se esgota na lógica da produção material, até porque a tradução implica certa mediação simbólica e determinada estruturação de interações sociais, relacionadas à comunicação *lato sensu*. Inclusive, referindo-se ao livro traduzido, Heilbron e Sapiro (2009) afirmam que, como bem cultural, ele possui modalidades próprias de produção e de valorização. Poderíamos acrescentar, em termos bourdieusianos, que, como bem simbólico, o livro traduzido é “uma realidade com ‘dupla face’, ao mesmo tempo mercadoria e significação, cujos valores de mercado e simbólico são relativamente independentes.” (Ansart, 1990, p. 170-171).<sup>15</sup>

Mais do que uma prática social centrada no modelo do trabalho, a tradução teria como *leitmotiv* prático a linguagem, o uso da palavra. Sendo relacionada à comunicação *lato sensu*, suas formas de interação não seriam dominadas pela relação agente/objeto, e sim pela relação entre agente/agente. Nessa visão, que não é a da sociologia bourdieusiana, mas sim da habermasiana (Habermas, 1987), as interações sociais seriam fundamentalmente intersubjetivas, envolvendo necessariamente a intencionalidade. Sendo intencional, podemos deduzir que o agente da ação, inclusive por apresentar capacidade reflexiva, pensa sobre a sua prática, possuindo uma reflexividade pragmática (Habermas, 1987; Giddens, 1987). A teoria dos campos não nega que toda prática seja mais ou menos intencional, embora a noção de *habitus* diminua bastante o alcance dessa intencionalidade – talvez a noção de *illusio* recupere certa lógica de ação do agente no campo. De todo modo, o modelo do trabalho e da linguagem são complementares para uma sociologia da prática. As

---

<sup>15</sup> “Le bien symbolique [...], s’il est un bien économique, est une réalité ‘à double face’, à la fois marchandise et signification, dont la valeur marchande et la valeur symbolique sont relativement indépendantes.”

duas modalidades de prática dependem do contexto da ação e da situação do agente. Mas achamos que a sociologia bourdieusiana da tradução focou, com certa razão, sua análise do ato tradutório em lógicas produtivas baseadas em relações estratégicas que têm como modelo o trabalho – são relações estratégicas que utilizam meios para a maximização do resultado. Independentemente do ponto de partida, a tradução, como prática social, estrutura-se a partir de papéis sociais, existindo assim limites normativos à ação, principalmente se pensarmos nas lógicas de ação do tradutor em contextos institucionalizados. No caso, há limites que restringem a liberdade de ação dos diversos agentes integrantes do mundo social da tradução. Como consequência, tais agentes sofrem restrições na sua capacidade reflexiva e em sua intencionalidade. A capacidade de escolha e de decisão dos agentes inseridos nas lógicas de produção da tradução tem relação estrutural com o contexto, principalmente no que diz respeito a recursos e a relações de poder. Nesse ponto, a sociologia bourdieusiana teria uma vantagem em relação à teoria da ação comunicativa de Habermas.

A tradução, como prática social, incorporaria no seu movimento lógicas de ação racional visando fins (Weber, 2000) – afinal, a tradução “produz” –, como também processos interativos e comunicativos relacionados muitas vezes a relações de poder. A prática social da tradução articula uma dinâmica entre a esfera do trabalho e certas interações sociais – quanto mais inserida num ambiente institucionalizado (regido, por exemplo, pelo mercado editorial), mais instrumental o ato tradutório e mais dependente dos meios técnicos e organizativos do contexto ocupacional dos agentes; quanto menos institucionalizado, mais “livre” será o ato tradutório e mais as interações e representações entre os agentes serão relevantes. No caso do ambiente institucionalizado, os agentes da tradução agiriam de forma mais instrumental, isto é, a ação do tradutor, por exemplo, estaria mais sujeita à regulação por normas – o que condicionaria a ação seria a obediência a normas estabelecidas (objeto possível de uma sociologia da profissão aplicada à tradução). Tais normas, que guiam o processo tradutório, teriam o mesmo papel funcional do trabalho e da linguagem. Elas não mediarão, como no trabalho, a relação entre agente e objeto, nem mesmo a relação

entre agentes, como na relação comunicativa, e sim especificamente a relação entre o agente e o mundo social da tradução. Aqui entraria em cena a análise das ações estratégicas dos agentes da tradução, apreendidas como práticas baseadas num tipo de interação que possui um caráter instrumental – acreditamos que, nesse cenário, a sociologia bourdieusiana da tradução é bem operacional.

Não causa surpresa que, embora por caminhos e conclusões diferentes, determinada teoria da tradução (pensamos aqui na teoria dos polissistemas e seus prolongamentos) tenha dado ênfase ao papel das normas no seio mesmo do ato tradutório. A tradução seria governada por normas (Toury, 2012/1995). No caso, a lógica de ação dos agentes da tradução teria caráter estratégico e, muitas vezes, objetivo; logo, parcialmente desassociado das intenções e das volições de qualquer agência. O mundo social da tradução não seria reduzido ao trabalho e nem à linguagem, pois teria também inscrição em lógicas de ação guiadas por normas. O estudo de tais normas é essencial para se compreender como atuam estrategicamente os agentes da tradução. E vale dizer que a ação estratégica visa à maximização do resultado por meio do agenciamento de objetos e pessoas.

### **A prática elimina as dicotomias, mas... como fica o discurso?**

Mesmo que a sociologização mais adequada da tradução seja vê-la como prática social, ainda restam algumas dúvidas. Talvez, para nós, o maior questionamento seria se a sociologia praxiológica conseguiria, de fato, apreender sociologicamente a dita “lógica textual ou intertextual” – a noção de prática, noutras palavras, seria capaz de compreender o discurso? Como afirma Chesterman (2014, p. 37-38), referindo-se ao que ele chama de sociologia do processo de tradução, as fases do ato tradutório são as seguintes:

práticas de tradução e procedimentos de trabalho, procedimentos de controle de qualidade e processo de revisão, a cooperação em equipes de tradução, elaboração múltipla, relações com outros agentes, incluindo o cliente, e assim por diante.

As fases do ato tradutório contemplam a “transferência de sentido” que ocorre nas relações intertextuais? Pela citação, a resposta seria negativa. Pode-se concordar que o ato tradutório é procedimental e realizado sequencialmente. Contudo, envolve vários fatores que são dificilmente alcançados pela análise sociológica, como seus aspectos linguísticos, psicológicos e cognitivos. A tradução seria também resultado de processos psíquicos e mentais complexos (no fundo, neurolinguísticos). Neste ponto, o tradutor tem controle parcial sobre o processo de tradução. E o desafio, ainda não sociológico, seria como relacionar tais processos com a percepção, a compreensão e a memorização – convenhamos, não ultrapassaríamos o campo geral da cognição. O problema seria como conceber uma fronteira epistêmica e patrocinar o encontro entre a cognição e sua sociogênese. Em suma, nem tudo é sociológico ou passível de ser apreendido como objeto pela sociologia. Certo, a abordagem sociológica contextualiza a relação intertextual, mas contextualização ainda não é sociologização. Se o intertextual não se torna, de fato, objeto sociológico, ocorrerá logicamente uma separação entre a lógica textual (inclui-se aqui o intertextual) e seu contexto, reafirmando a dicotomia entre o interno (lógica textual) e o externo (lógica extratextual, passível de ser sociologizada). Inclusive, alguns defensores do caráter científico da tradutologia (ou *Translation Studies*) reproduzem uma dicotomia entre o interno e o externo, como assinala Guidère (2008) ao mencionar uma “tradutologia interna” e outra “externa”. O objeto a ser traduzido, o objeto traduzido, o tradutor e a operação tradução (vista de maneira apenas cognitiva) seriam monopólio da tradutologia interna. A sociologia, como momento da tradutologia externa, ficaria com o entorno (político, social e cultural) e o contexto da produção da tradução: cadeia produtiva, circulação, distribuição e recepção (consumo).

Assim, quais seriam os limites da noção de prática social para a compreensão dos fenômenos de “transferência de sentido” que ocorrem na tradução? A noção de prática pôde ser ampliada, ao se utilizar como modelo de lógica produtiva o trabalho, a linguagem (comunicação) e as normas, mas ela dá conta da transferência de sentido? Ou estamos diante de mais um limite? Sabemos que a transferência de sentido, na teoria

da tradução, já foi monopólio da linguística. Posteriormente foi pensada como transferência cultural, o que representou um grande avanço. E, claro, nesse sentido, a transferência pôde ser vista também como prática. Mas a transferência de sentido ou cultural pode ser delimitada pela produção ou transborda a lógica produtiva?

Tentando responder a essa questão, queremos nos referir ao momento hermenêutico da transferência de sentido na tradução. Problematizá-lo, ao fazer a seguinte questão: seria possível sociologizar a interpretação hermenêutica da tradução? Tal sociologização já não daria conta de aspectos importantes da transferência de sentido que ocorre na “relação intertextual”? Um bourdieusiano talvez dissesse que não é possível, nem produtivo (Heilbron; Sapiro, 2002, 2009). Temos algumas premissas que nos dão algum alento para pensar que é possível sociologizar a transferência de sentido, por exemplo, sem necessitar de análise sociológica sistêmica ou de inspiração estruturalista. A linguagem é, por excelência, uma “instituição social” – sua gênese seria também uma sociogênese (construção sociossimbólica). A transferência cultural seria também transferência linguística e simbólica; como tal, seria manifestada e carreada como e por meio da linguagem. Os sentidos da transferência de sentido na relação intertextual não se esgotam no seu contexto de formação – os sentidos apontam, no texto, para além do texto (uma intertextualidade que seria interdiscursividade – Grutman, 2009). A transferência de sentido tem seu momento sociogenético ou de construção social. O momento sociológico talvez apareça nas condições sociais de possibilidade da própria transferência de sentido habilitada pela tradução. As transmutações do texto rompem com o próprio texto superando-o, tornando-se história, contexto e construção social. Como ato, a transferência é linguística, interpretativa, compreensiva e comunicativa (no fundo, se houve transação linguística, houve transferência, houve tradução). A hermenêutica, por sua vez, indica fenômenos, relacionados à transferência de sentido e à relação intertextual, que poderiam, em tese, ser analisados por uma sociologia fenomenológica (da interpretação, da compreensão e da tradução) – concretamente, só para exemplificar, acreditamos que os aportes de Steiner (1998), de Ricœur (2004) e de Eco

(2006) para a tradução podem ser sociologizados, ajudando justamente novos desenvolvimentos daquilo que foi chamado de “sociologia do traduzir” (Chesterman, 2014, p. 36).

## Anotações finais

Fernando Pessoa detestava conclusões, pois a única que existe é morrer. Tudo bem, mas não precisamos aqui de tanto drama, mesmo com a desconfiança de que, se as autoras e os autores referenciados neste artigo fossem postos lado a lado, nunca chegariam a uma conclusão. Contudo, não cremos que ficaremos presos a comentários sem fim, pois o final de um artigo é determinado pragmaticamente. Faremos isso. A vida é curta e a tradução é longa, e para concluirmos um texto escolhemos a vida.

Discutimos formas de sociologizar a tradução e concluímos que a sociologia da tradução é um fato. A sociologização da tradução abre uma variedade de abordagens que, inclusive, ultrapassam as atuais predominâncias na sociologia da tradução, em particular aquelas baseadas no estudo das práticas sociais. A abertura epistêmica encontrada no fenômeno da tradução é relevante à sociologia e deve ser bem aproveitada. Além do mais, a sociologização da tradução abriu um leque de problemas (de pesquisa e epistemológicos) que perdurarão longo tempo – de alguma maneira, tais problemas viraram um verdadeiro “programa de pesquisa” à la Lakatos (1989) – e gerarão novas disposições para os estudos sobre a tradução.

Ao mesmo tempo, não acreditamos que examinar os limites de uma sociologia praxiológica coloque-nos num impasse. Ao contrário, ao discutir seus limites, descobrimos seu alcance. E, como vimos, há muita pesquisa a ser feita a partir dessa linha teórica da sociologia. Wolf (2007) argumenta corretamente que temos, na verdade, sociologias da tradução. Significa dizer que nenhuma linha teórica que compõe o leque epistêmico da sociologia monopoliza a tradução, seja em relação aos objetos, às linhas teóricas, aos problemas de pesquisa ou ao uso de conceitos. A franquia sociológica é aberta, embora precise de justificações e validações. Cada linha teórica tem seu alcance e seus limites – metafisicamente, o objeto

sociológico é infinito, podendo ser apropriado das mais variadas formas. Ainda que a sociologia da tradução fosse formada fundamentalmente por uma sociologia dos agentes da tradução, por uma sociologia do traduzir e uma do produto (o resultado do processo de tradução), tais sociologias poderiam se manifestar travestidas em diferentes linhas teóricas da própria... sociologia. Parodiando Pascal, existiriam dois excessos: excluir a sociologia, admitir apenas alguns tipos de sociologia.

Igualmente, se uma sociologia não pode ou não deveria monopolizar a sociologia da tradução, podemos ir mais além: como objeto científico, a tradução não pode ser monopolizada por nenhuma ciência, nem mesmo por uma pretensa “ciência da tradução”. Não há consenso sobre a definição de tradução. Não há fixação histórica de sua definição. A tradução tem história, mas uma história que mostra diversidade de interpretações sobre sua natureza. Seria assim impossível a delimitação discreta do que seja a tradução. Pode-se até imaginar determinada teoria geral da tradução, mas nunca uma teoria da tradução em geral. Desse modo, “tradução” seria um termo cluster ou de agrupamento (Zethsen, 2021) ou até mesmo politético (Boudon, 1990) – todas essas noções foram influenciadas pelas análises de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* (1979). O sentido de tradução seria, dessa forma, determinado pelas semelhanças de família, assim como a palavra “jogo”, por exemplo:

§66 – Considere, por exemplo, os processos que chamamos de “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos, etc. O que é comum a todos eles? Não diga: “Algo deve ser comum a eles, senão não se chamariam ‘jogos’”, – mas veja se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. [...] Considere, por exemplo, os jogos de tabuleiro, com seus múltiplos parentescos. Agora passe para os jogos de carta: aqui você encontra muitas correspondências com aqueles da primeira classe, mas muitos traços comuns desaparecem e outros surgem. [...] E assim podemos percorrer muitos, muitos outros grupos de jogos e ver semelhanças surgirem e desaparecerem E tal é o resultado desta consideração: vemos uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor.

§67 – Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão “semelhanças de família”; pois assim se envolvem e se cruzam as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, o andar, o temperamento, etc., etc. (Wittgenstein, 1979, p. 38-39).

O significado de tradução sofre o efeito incontrolável das normas e das representações sociais. Recobre, por isso, toda uma série de semelhanças, conservando certa imprecisão crônica. Inclusive, sociologicamente, haveria distribuição histórico-social de significações de tradução, cada uma com sua pretensão de validade. Suas significações são construções sociais que podem atuar como categoria de valor e de conhecimento, radicada em experiências individuais e coletivas. A tradução padeceria, assim, das vicissitudes da linguagem.

Enfim, a sociologização é fundamental para os estudos sobre tradução. Mas, dada a importância da sociologia da tradução, resta a questão de se saber por que a tradução, como objeto sociológico, ainda não se tornou objeto usual nos departamentos e nos programas de pós-graduação em sociologia no Brasil. Acreditamos que isso não seja tão surpreendente. O tempo sociológico é idiossincrático, muitas vezes regido pelo adágio “antes tarde do que nunca”. Ainda assim não há tempo perdido, nem tempo que não houve...

Afinal, a tradução é uma solução temporária para um problema permanente.

**Marta Pragana Dantas** é Doutora em Literatura Francesa e Professora Titular do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal da Paraíba. marta.pragana.

✉ dantas@academico.ufpb.br

**Artur Perrusi** é Doutor em Sociologia e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

✉ artur.perruci@ufpe.br

## Referências

1. AGUIAR, Maria Cristina de. Tradução e literatura: os folhetins traduzidos e a introdução da obra de ficção em prosa. In: MARTINS, M. A. P. (org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. pp. 137-152.
2. ANSART, Pierre. *Les sociologies contemporaines*. Paris: Seuil, 1990.
3. ARAÚJO, Lana Beth A. F.; MARTINS, Marcia A. P. Um olhar sociológico sobre a tradução. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 20, n. 34, p. 1-13, 2018.
4. BERMAN, Antoine. *L'épreuve de l'étranger*. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique. Paris: Gallimard, 1984.
5. BATALHA, Maria Cristina. O lugar do folhetim traduzido no sistema literário brasileiro. *Graphos*, v. 8, n. 1, p. 43-50, 2006.
6. BOUDON, Raymond. *L'art de se persuader*. Paris: Fayard, 1990.
7. BUZELIN, Hélène. Translation studies, ethnography and the production of knowledge. In: ST-PIERRE, P.; KAR, P. C. (org.). *Translation: reflections, refractions, transformations*. Nova Deli: Pencraft International, 2005. p. 25-41.
8. CASANOVA, Pascale. Consécration et accumulation de capital littéraire. La traduction comme échange inégal. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 144, p. 7-20, 2002. <https://doi.org/10.3406/arss.2002.2804>
9. CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. Paris: Seuil, 1999.
10. CHESTERMAN, Andrew. O nome e a natureza dos estudos do tradutor. Tradução de Patrícia Rodrigues Costa e Rodrigo D'Ávila Braga Silva. *Belas Infieis*, v. 3, n. 2, p. 33-42, 2014.
11. CHESTERMAN, Andrew. The name and nature of Translator Studies. *Hermes – Journal of Language and Communication Studies*, n. 42, p. 13-22, 2009.
12. CHESTERMAN, Andrew. Questions in the Sociology of Translation. In: DUARTE, J. F. et al. (org.). *Translation studies at the interface of disciplines*. Amsterdã: John Benjamins B.V., 2006. p. 9-27.
13. DANTAS, Marta P. Le flux des traductions de la littérature française au Brésil. Enjeux politiques et économiques. In: SAPIRO, G. (org.). *Les contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde éditions, 2009. p. 315-333.
14. DANTAS, Marta P. Tradução e globalização editorial: o fluxo de traduções a literatura francesa no Brasil entre 1984 e 2002. *Cerrados*, v. 23, p. 39-57, 2007a.
15. DANTAS, Marta P. A tradução literária numa perspectiva sociológica: o aporte de Pierre Bourdieu. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE; Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007b.
16. DANTAS, Marta P.; PERRUSI, Artur F. de A. Crepúsculo de uma tradição: obstáculos à tradução de obras francesas no Brasil. In: SOUSA, G. H. P. (org.). *História da tradução: ensaios de teoria, crítica e tradução literária*. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 123-141.

17. DANTAS, Marta P.; PERRUSI, Artur F. de A. A circulação de obras francesas no Brasil: reflexões acerca de alguns obstáculos à tradução. In: DOURADO, M. R. et al. (org.). *Tradução e autoria*. João Pessoa: Editora Ideia, 2014. Vol. II, p. 119-127 (Coleção Nas Trilhas da Tradução).
18. DANTAS, Marta P.; PERRUSI, Artur. Le reclassement d'une tradition : la traduction du français dans le marché éditorial brésilien. In: SAPIRO, G. (org.). *Traduire la littérature et les sciences humaines*. Conditions et obstacles. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication/DEPS, 2012. pp. 163-197.
19. DÍAZ-FOUCES, Oscar. Sociologia da tradução. Trad. Talita Serpa. *Belas Infêis*, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2021. <https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v10.n1.2021.31153>
20. DIAZ-FOUCES, Oscar; MONZÓ, Esther. Como seria uma sociologia aplicada aos Estudos da Tradução? Trad. Talita Serpa e Paula T. Pinto. *Cadernos de Tradução*, v. 40, n. 1, p. 440-455, 2020.
21. DUARTE, João F.; ROSA, Alexandra A.; SERUYA, Teresa. (org.). *Translation Studies at the interface of disciplines*. Amsterdã: John Benjamins B.V., 2006.
22. ECO, Umberto. Interpréter n'est pas traduire. In: ECO, U. *Dire presque la même chose*. Expériences de traduction. Tradução de Myriem Bouzaher. Paris: Grasset, 2006. p. 287-320.
23. EVEN-ZOHAR, Itamar. *Polisistemas de la cultura*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2007.
24. EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem theory. *Poetics Today*, v. 11, n 1, p. 9-26, 1990 [1979]. <https://doi.org/10.2307/1772051>
25. FONSECA, Luis Eduardo P. Traduções e translações: um exemplo de Sociologia da Tradução para a História da Psicologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 14., Belo Horizonte, 2014. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: SBHC, 2014.
26. GIDDENS, Anthony. *La constitution de la société*. Paris: PUF, 1987.
27. GOUANVIC, Jean-Marc. *Pratique sociale de la traduction*. Le roman réaliste américain dans le champ littéraire français (1920-1960). Arras: Artois Presses Université, 2007.
28. GOUANVIC, Jean-Marc. Au-delà de la pensée binaire : esquisse d'une analyse sociologique des positions traductives en traduction littéraire. *TTR : traduction, terminologie, rédaction*, v. 19, n 1, p. 123-134, 2006. <https://doi.org/10.7202/016662ar>
29. GOUANVIC, Jean-Marc. *Sociologie de la traduction*. La science-fiction américaine dans l'espace culturel français des années 1950. Arras: Artois Presses Université, 1999.
30. GRUTMAN, Rainier. Le virage social dans les études sur la traduction : une rupture sur fond de continuité. *Texte, revue de critique et de théorie littéraire*, n. 45/46, p. 135-152, 2009.
31. GUIDÈRE, Mathieu. *Introduction à la traductologie : penser la traduction, hier, aujourd'hui, demain*. Bruxelles: Boeck Université, 2008.

32. HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1987. 2 vol.
33. HEILBRON, Johan. Translation as a cultural world system. *Perspectives*, v. 8, n. 1, p. 9-26, 2000. <https://doi.org/10.1080/0907676X.2000.9961369>
34. HEILBRON, Johan. Towards a Sociology of Translation: book translations as a cultural world system. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 4, p. 429-444, 1999. <https://doi.org/10.1177/136843199002004002>
35. HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. Por uma sociologia da tradução. Tradução de Marta Prágana Dantas e Adriana Cláudia de Sousa Costa. *Graphos*, v. 11, n. 2, p. 13-28, 2009. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/4354>
36. HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. La traduction littéraire, un objet sociologique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 144. p. 3-5, 2002. <https://doi.org/10.3917/arss.144.0003>
37. HERMANS, Theo. Norms and the determination of translation: a theoretical framework. In: ÁLVAREZ, R.; VIDAL, M. C.-Á. (eds). *Translation, power, subversion*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd., 1996. p. 25-51.
38. INGHILLERI, Moira. The Sociology of Bourdieu and the construction of the "Object" in Translation and Interpreting Studies. *The translator*, v. 1, n. 2, p. 125-145, 2005.
39. INGHILLERI, Moira. A sociologia de Bourdieu e a construção do "Objeto" nos estudos da tradução e interpretação. Tradução de Marlova Aseff. In: AMARANTE, D. et al. (orgs). *Teóricas da tradução*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2021. p. 102-141. [livro eletrônico].
40. JAKOBSON, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 63-72.
41. LAKATOS, Imre. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza, 1989.
42. LEFEVERE, André. Why waste our time on rewrites? The trouble of interpretation and the role of rewriting in an alternative paradigm. In: HERMANS, T. (ed.). *The manipulation of literature: studies in literary translation*. Londres: Croom Helm, 1985. p. 215-243.
43. LEFEVERE, André. Mother courage's cucumbers. Text, system and refraction in a Theory of Literature. *Modern Language Studies*, v. 12, n. 4, p. 3-20, 1982. <https://doi.org/10.2307/3194526>
44. MARIAULE, Michaël. Ou bien... ou bien... : esquisse des théories manichéennes de la traduction. *Équivalences*, v. 34, n 1-2, p. 81-104, 2007. <https://doi.org/10.3406/equiv.2007.1320>
45. NERIS, Wheriston S.; NERIS, Cidinalva S. C. As condições sociais de tradução em literatura: notas de pesquisas recentes. *Afluentes: Revista de Letras e Linguística*, v. 1, n. 1, 2016.

46. POUSADA, Rosanne P. Tradução e internacionalização da literatura brasileira: o papel da Fundação Biblioteca Nacional. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
47. PYM, Anthony. *Explorando as teorias da tradução*. Tradução de Rodrigo Borges de Faveri, Claudia Borges de Faveri e Juliana Steil. São Paulo: Perspectiva, 2017.
48. PYM, Anthony. *On translator ethics*. Principles for mediation between cultures. Amsterdã: John Benjamins B.V, 2012.
49. RICŒUR, Paul. *Sur la traduction*. Paris: Bayard, 2004.
50. SAPIRO, Gisèle. A sociologia da tradução: um novo domínio de pesquisa. Tradução de Maria Rita Drumond Viana. In: AMARANTE, D.et al. (orgs). *Teóricas da tradução*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2021, p. 142-168. [livro eletrônico].
51. SAPIRO, Gisèle (org.). *Traduire la littérature et les sciences humaines*. Conditions et obstacles. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication/DEPS, 2012.
52. SAPIRO, Gisèle. Globalization and cultural diversity in the book market: The case of literary translations in the US and in France. *Poetics*, v. 38, n. 4, p. 419-439, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2010.05.001>
53. SAPIRO, Gisèle (org.). *Translatio*. Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation. Paris: CNRS Éditions, 2009a.
54. SAPIRO, Gisèle (org.). *Les contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde éditions, 2009b.
55. SCHÜTZ, Alfred. O Estrangeiro – um ensaio em psicologia social. Tradução de Márcio Duarte e Michael Hanke. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 113, p. 117-129, 2010.
56. STEINER, George. *Après Babel: une poétique du dire et de la traduction*. Paris: Albin Michel, 1998.
57. TOURY, Gideon. *Descriptive Translation Studies – and beyond*. ed. rev. Amsterdã: John Benjamins B.V., 2012.
58. VÁZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da praxis*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
59. VORDERBERMEIER, Gisella M. (org.). *Remapping habitus in Translation Studies*. Amsterdã: Editions Rodopi B.V, 2014.
60. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. Vol. 1.
61. WITGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
62. WOLF, Michaela. Introduction: the emergence of a sociology of translation. In: WOLF, M.; FUKARI, A. (eds.). *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdã: John Benjamins B.V, 2007. p. 1-36.

63. WOLF, Michaela. Tradução “Tornando-se Social”? Desafios para a torre (de Marfim) da Babel. Trad. Talita Serpa. *Cadernos de Tradução*. v. 41, n. 1, p. 344-367, 2021 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2021.e73638>
64. WOLF, Michaela. A Sociologia da Tradução e sua “Virada Ativista”. Trad. Talita Serpa. *Revista Belas Infiéis*, v. 10, n. 4, p. 01-20, 2021. <https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v10.n4.2021.31290>
65. WOLF, M.; FUKARI, A. (ed.). *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdã: John Benjamins B.V, 2007.
66. ZETHSEN, Karen K. Além da tradução propriamente dita – estendendo o campo dos estudos de tradução. Tradução de Fernanda Alencar Pereira. In: AMARANTE, D. et al. (orgs). *Teóricas da tradução*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2021. p. 281-319. [livro eletrônico].

Recebido: 14 out. 2022.

Aceito: 24 jan. 2023.